

Emissão teria que atingir NCZ\$ 101 bi

BRASÍLIA — Caso o Congresso venha a aprovar todos os pedidos de créditos suplementares enviados pelo Executivo neste final de ano, a Secretaria do Tesouro terá que emitir — só em dezembro — cerca de NCZ\$ 101,4 bilhões brutos, sendo a metade para custear gastos de fim de mandato. A estimativa recorde foi divulgada ontem pelo próprio Tesouro e equivale a mais da metade dos NCZ\$ 246,3 bilhões emitidos ao longo do ano, até dezembro, para pagar o resgate dos títulos já emitidos.

Os números foram fornecidos na manhã de ontem ao assessor econômico do PT, Aloísio Mercadante, que atribui este dado catastrófico a um "conluio entre um Governo irresponsável e políticos fisiológicos, contra o Tesouro". No final da noite de ontem, estas declarações ganharam ainda mais peso, quando o Congresso aprovou em segundos, e sem leitura ou parecer, um volume de NCZ\$ 7,2 bilhões em pedidos de crédito, financiados com emissão de títulos.

Outro exemplo do descontrole das contas do Governo, fornecidos pelo Tesouro, é a conta de pessoal, que no mês de novembro ficou em NCZ\$ 6 bilhões e em dezembro saltou para NCZ\$ 26 bilhões. Além disso, o Tesouro confirmou que o Executivo vem enviando ao Congresso inúmeros pedidos de verba complementar para programas diversos, o que contraria a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) — que só permite a emissão de títulos públicos para a rolagem da dívida.

— Tudo isto só serve para comprovar que o País está assistindo a um verdadeiro assalto ao Tesouro Nacional — afirmou Mercadante.

O problema mais grave, porém, não é a infração à LDO, mas sim a pressão que a colocação concentrada de títulos terá sobre a inflação nesta virada de ano. Isto porque, até agora, o Governo só emitiu os NCZ\$ 29,5 bilhões já aprovados pelo Congresso. O restante dos NCZ\$ 101,4 previstos para dezembro — cerca de NCZ\$ 71,9 — só deverão ser emitidos quando o Congresso aprovar os pedidos de suplementação ainda pendentes, o que só deverá ocorrer nas próximas semanas, devido ao grande volume de trabalho do Legislativo.

A colocação concentrada de títulos no final do ano cria dois problemas para o Governo. Em primeiro lugar, recorda o Deputado e economista César Maia (PDT-RJ), pressiona os juros do *overnight*, em segundo, a necessidade de fechar o caixa do Tesouro, em virtude do ano fiscal, pode obrigar o Executivo a emitir moeda em lugar de títulos.